

Unidas referenda a 4ª edição da CBHPM

Fotos: Camila Kaseker



Comissão Nacional de Consolidação e Defesa da CBHPM reunida em Campo Grande

Pela primeira vez, um representante dos compradores de serviço participou do encontro entre a Comissão Nacional de Consolidação e Defesa da CBHPM e as Comissões Estaduais de Honorários Médicos, e foi para anunciar que o grupo Unidas aprovou tecnicamente a quarta edição da Classificação e a Resolução Normativa nº 1/2006, que a aprimora.

A participação inédita foi de Aníbal de Oliveira Valença, diretor de Integração da Unidas, na reunião de Campo Grande (MS), em 27 de abril. No dia anterior, a assembléia geral do grupo de autogestões havia tomado a decisão por maioria, passando a recomendar às suas superintendências estaduais que retomem as negociações. Para o presidente da AMB, José Luiz Gomes do Amaral, “os médicos reconhecem a Unidas como

sua grande parceira na adoção da CBHPM e esperam que esta união pelos interesses dos pacientes se consolide cada vez mais”.

“A partir de agora, as Comissões Estaduais devem procurar os representantes da Unidas para acelerar a implantação da quarta edição”, destacou o coordenador da CNCD, Florisval Meinão. Entre os representantes de 16 Estados presentes, vários se manifestaram sobre a necessidade de se reabrir também as conversações a respeito do reajuste.

Em seguida, o coordenador da Comissão Nacional de Honorários Médicos, Amílcar Giron, explicou que a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) ainda não finalizou o estudo solicitado pelas entidades médicas. “No entanto, acreditamos que



Diretor da Unidas, Aníbal Valença, durante a reunião em Campo Grande

as negociações pela valorização do trabalho médico devem ser uma atividade permanente das Comissões Estaduais”, observou Luiz Sallim Emed, representante do Conselho Federal de Medicina na CNCD.

Além disso, foi discutida a implantação da CBHPM no intercâmbio nacional pela Unimed do Brasil, desde dezembro, como meio para a adoção da Classificação também pelas singulares. “Ainda que seja uma medida administrativa, pois na

prática o médico cooperado não está utilizando os códigos da CBHPM nem recebendo pelos seus valores, a adoção no intercâmbio é um começo”, avaliou Meinão. “Neste momento, é papel das Comissões Estaduais questionar cada singular sobre a implantação em seu ambiente próprio, enquanto daremos continuidade às negociações nacionais.”

Foi decidido também que as Comissões Estaduais irão eleger uma ou duas empresas de medicina de grupo como alvos do movimento, tentando primeiramente retomar as negociações. Caso não haja avanços, devem discutir com os médicos a melhor estratégia para



reunião em Campo Grande

dissuadi-las. Após essas constatações, segundo Meinão, será possível definir um posicionamento nacional no próximo encontro das Comissões, dentro de dois meses.

Em relação às seguradoras, surgiram como propostas negociar a implantação dos códigos e da nomenclatura da CBHPM e a unificação de valores entre planos coletivos e individuais, estes em processo de encolhimento no mercado.

JAMB - MAR/ABR - 2006

Projeto de Lei da CBHPM: deputado assume luta



Amplamente discutido nas reuniões de Campo Grande (MS), o Projeto de Lei 3466/04, que referencia a CBHPM no sistema suplementar de saúde em âmbito nacional, foi tema de uma reunião entre representantes das entidades médicas e o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), ex-presidente do Sindicato dos Médicos e atual líder do governo na Câmara dos Deputados, no dia 1º de maio, na sede da AMB, em São Paulo (foto acima).

O presidente da AMB, José Luiz Gomes do Amaral, lembrou que o PL já foi aprovado em três Comissões da Câmara e aguarda, em regime de urgência, aprovação do plenário para seguir ao Senado. Após acordo com os líderes partidários sobre o substitutivo, houve um pedido de novas mudanças substanciais por parte da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Diante do impasse, o deputado reiterou o compromisso que havia assumido em assembléias realizadas em São Paulo, no ano de 2004, de apoiar o Projeto de Lei com o objetivo maior de estabelecer a CBHPM como parâmetro para o sistema, em benefício dos pacientes.

“Vamos trabalhar juntos, articulando algumas reuniões, para que o PL vá a votação e seja aprovado ainda este ano”, afirmou Chinaglia durante o encontro, que contou com a participação de lideranças da AMB, do CFM, Federação Nacional dos Médicos, Cremesp, Simesp, Associação Paulista de Medicina e sete de suas distritais.

Reafirmando o seu empenho no sentido de trabalhar para colocar o Projeto na pauta de votação, o deputado citou alguns aspectos que podem atravancar a sua votação pela Câmara. Destacou que o PL enfrentará forte resistência por parte das empresas de saúde em função de dois pontos: por apresentar reajuste anual e por atualizar periodicamente os procedimentos, o que, em consequência, envolverá a inclusão de novas tecnologias e mais custos. Quanto à resistência da Agência Nacional de Saúde Suplementar em aceitar a mediação entre médicos e as empresas de saúde, conforme estabelece o PL, a promessa de Chinaglia é de intermediar a questão, já que recebeu das entidades médicas a sinalização de que esse ponto é perfeitamente negociável. Por último, Chinaglia manifestou que em função da pauta do Congresso encontrar-se congestionada por um grande número de Medidas Provisórias e por outros projetos considerados prioritários pelo Governo, sua votação também poderá ser obstruída, não havendo, desta forma, a possibilidade de definição de um prazo para que seja colocado em pauta.

De acordo com o coordenador da Comissão Nacional de Consolidação e Defesa da CBHPM, Florisval Meinão, utilizando a Classificação como referência, “o sistema terá um mecanismo eficiente para atualizar o rol de procedimentos obrigatórios, introduzindo as novas tecnologias e garantindo a integralidade da assistência aos pacientes”.

“Vamos trabalhar juntos para que o PL vá a votação e seja aprovado ainda este ano”,
Arlindo Chinaglia

